



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 3/2024**

O Governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar do Estado, tendo em vista o constante no **Processo Administrativo SEI n.º 2024.610101.00259/SAF** e no **Convênio n.º 001/2016/MDS** celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS e a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar do Estado do Maranhão, torna público o presente **Edital de Chamada Pública n.º 3/2024**, para a seleção e contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a **implementação da tecnologia social de acesso à água n.º 01 – Cisterna de Placas Familiares de 16 Mil Litros**, observadas às disposições da Lei Federal n.º 12.873/2013, da Lei Federal n.º 14.133/2021, do Decreto n.º 9.606, de 10 de dezembro de 2018, da Portaria MC n.º 22, de 06 de abril de 2020, da Instrução Normativa SESAN/MDS N.º 9, de 03 de março de 2023 e em consonância com as diretrizes e critérios abaixo descritos.

**1. DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente edital a seleção de entidades privadas sem fins lucrativos para a prestação de serviços à Secretaria de Agricultura Familiar do Estado do Maranhão relativos à **implementação da tecnologia social de acesso à água n.º 01 – Cisterna de Placas Familiares de 16 Mil Litros, de acordo com o modelo proposto na Instrução Normativa SESAN/MDS N.º 9, de 03 de março de 2023.**

**2. DA TECNOLOGIA SOCIAL**

2.1. As orientações técnicas para a implementação da tecnologia social objeto deste edital estão dispostas na **Instrução Normativa SESAN/MDS N.º 9, de 03 de março de 2023**, divulgada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN).

**3. DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO**

3.1. Serão beneficiárias do Programa Cisternas as famílias de baixa renda definidas nos termos dos incisos I e II do caput do art. 5º do Decreto n.º 11.016, de 29 de março de 2022, residentes na zona rural atingidas pela seca ou falta regular de água.

**4. DAS METAS E MUNICÍPIOS A SEREM ATENDIDOS**

4.1. Serão contratadas, por lote, entidades privadas sem fins lucrativos, que atuarão em **08**



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR

(oito) Municípios, divididos em 04 (quatro) lotes, cujas metas previstas estão quantificadas no Quadro 1.

Quadro 1- MUNICÍPIOS E METAS POR LOTE

LOTES, MUNICÍPIOS, TERRITÓRIOS E METAS POR LOTE

TERRITÓRIO BAIXO PARNAÍBA				
LOTE	MUNICÍPIO / TERRITÓRIO		QUANTIDADE	VALOR
LOTE 01	01	Araioses	581	3.371.694,06
<b>TOTAL</b>			<b>581</b>	<b>3.371.694,06</b>

TERRITÓRIO BAIXO PARNAÍBA				
LOTE	MUNICÍPIO / TERRITÓRIO		QUANTIDADE	VALOR
LOTE 02	01	Brejo	501	5.814.866,52
	02	Buriti	501	
<b>TOTAL</b>			<b>1002</b>	<b>5.814.866,52</b>

TERRITÓRIO BAIXO PARNAÍBA				
LOTE	MUNICÍPIO / TERRITÓRIO		QUANTIDADE	VALOR
LOTE 03	01	Santana do Maranhão	77	2.768.155,02
	02	Santa Quitéria do Maranhão	400	
<b>TOTAL</b>			<b>477</b>	<b>2.768.155,02</b>

TERRITÓRIO COCAIS				
LOTE	MUNICÍPIO / TERRITÓRIO		QUANTIDADE	VALOR
LOTE 04	01	Matões	252	4.979.197,08
	02	Parnarama	286	
	03	Timon	320	
<b>TOTAL</b>			<b>858</b>	<b>4.979.197,08</b>

TOTAL GERAL				
LOTES	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS		QUANTIDADE /META FÍSICA	VALOR TOTAL R\$
<b>04</b>	<b>08</b>		<b>2918</b>	<b>R\$ 16.933.912,68</b>

4.2 As entidades interessadas em participar da seleção deverão indicar, em ordem de



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

preferência, os lotes que pretendem executar os serviços, por meio do formulário de informações, constante do Anexo II, deste edital.

4.2.1 No caso do item 4.2, cada entidade somente poderá executar um único lote, salvo previsão do item 4.2.2.

4.2.2. Caso algum dos lotes oferecidos não receba nenhuma proposta, será considerado deserto, e caberá à autoridade máxima do (a) órgão/entidade promotora (a) da seleção pública decidir entre sua destinação para novo edital de chamada pública ou sua divisão nos termos do §2º do art. 10 do Decreto n.º 9.606/2018.

4.3 Desde que respeitado o objeto contratual, a finalidade das tecnologias sociais de acesso à água contratadas e a composição de municípios por lote, os modelos específicos a serem implantados, dentre aqueles modelos previstos na **Portaria n.º 2.462, de 06 de setembro de 2018**, poderão ser, excepcionalmente, alterados, com vistas a proporcionar a adequação da ação à realidade local a garantir a melhor forma de atendimento ao interesse público.

4.3.1 Para que essas alterações sejam viabilizadas, a entidade contratada deve submeter justificativas técnicas à Secretaria de Estado de Agricultura Familiar do Estado do Maranhão, que, por sua vez, deve submeter tal pleito ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome para análise e decisão.

## **5. DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

5.1 As entidades privadas sem fins lucrativos contratadas por intermédio deste edital de chamada pública terão **12 (doze) meses** para execução do objeto contratado, a contar da data da assinatura dos respectivos contratos, em estrita conformidade com suas cláusulas e condições e observadas as disposições deste instrumento.

## **6. DOS SERVIÇOS E PAGAMENTOS**

6.1. As despesas decorrentes do objeto desta seleção ocorrerão em conformidade com os recursos repassados por meio do **Termo de Convênio n.º 001/2016 registrado no TransfereGov sob o n.º 827965/2016**, por conta da seguinte dotação orçamentária:

**Unidade Gestora:** 610.101 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar – SAF

**Gestão:** 00001



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**Programa:**

20.608.0637 - Fomento à Agricultura Familiar e Sustentabilidade Ambiental  
3351 – Implantação e Recuperação da Infraestrutura para a Agricultura Familiar

**Subação:** 23546

**Natureza de Despesa:** 33.90.47 / 33.90.99 / 44.90.99

**Fonte de Recurso:** 1.7.00.553727 / 2.7.00.553727 / 6.5.00.553727

6.2. Valor estimado por lote;

**Lote 01 – R\$ 3.371.694,06** (Três milhões trezentos e setenta e um mil seiscentos e noventa e quatro reais e oito centavos);

**Lote 02 – R\$ 5.814.866,52** (Cinco milhões oitocentos e catorze mil oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos);

**Lote 03 – R\$ 2.768.155,02** (Dois milhões setecentos e sessenta e oito mil cento e cinquenta e cinco reais e dois centavos);

**Lote 04 – R\$ 4.979.197,08** (Quatro milhões novecentos e sessenta e nove mil cento e noventa e sete reais e oito centavos);

**Valor total estimado: R\$ 16.933.912,68** (Dezesseis milhões novecentos e trinta e três mil novecentos e doze reais e sessenta e oito centavos).

6.3. O item 6.2 registra os valores globais máximos dos lotes, sujeitos à variação decorrente do modo como se dará, em concreto, a exação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

6.3.1. Anteriormente à celebração dos contratos, a contratante verificará a exação em concreto do ISSQN em cada municipalidade componente do (s) lote (s) em questão, a fim de determinar seu (s) valor (es) final (is).



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

6.3.2. Os valores finais por lote e por contrato serão determinados conforme fórmula constante da Cláusula Terceira do Contrato, devendo-se considerar a diferença entre a alíquota máxima do ISSQN e a alíquota a que se submete a contratada e as regras relativas à composição da base de cálculo em cada localidade.

6.4. Os serviços serão executados no regime de empreitada por preço global e os pagamentos serão efetuados por produto, mediante a apresentação, pela entidade contratada, da respectiva nota fiscal e dos relatórios do SIG Cisternas, conforme especificação do Quadro 2.

**QUADRO 2 - FORMA E CONDICIONANTES DO PAGAMENTO**

<b>Parcela</b>	<b>Valor (em % do valor total do contrato)</b>	<b>Valor acumulado (em % do valor total do contrato)</b>	<b>Execução acumulada Condições de pagamento (em % de execução física)</b>
1ª parcela	10	10	7
2ª parcela	15	25	20
3ª parcela	25	50	50
4ª parcela	20	70	70
5ª parcela	20	90	90
6ª parcela	10	100	100

6.5. Para comprovação das condições de pagamento estabelecidas no Quadro 2, o relatório do SIG Cisternas deverá ser submetido à aprovação da contratante e os respectivos pagamentos estarão condicionados ao ateste do setor responsável pelo acompanhamento dos serviços prestados.

## 7. DOS PRAZOS

<b>CRONOGRAMA DAS ETAPAS</b>	<b>DATA</b>
7.1. Data da publicação da Portaria que institui a Comissão de Seleção Pública.	<b>16.11.2023</b>
7.2. Publicação da íntegra deste edital de chamada pública nos sítios eletrônicos oficiais da contratante e do o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e publicação de extrato no Diário Oficial da União/Diário Oficial do Estado.	<b>10.05.2024</b>



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

7.3. Data limite para impugnação deste edital de chamada pública.	<b>24.05.2024</b>
7.4. Data limite para apresentação dos documentos pelas entidades privadas sem fins lucrativos interessadas na contratação.	<b>25.05.2024</b>
7.5. Divulgação do resultado provisório da seleção nos sítios eletrônicos oficiais da contratante e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e no Diário Oficial da União – DOU/Diário Oficial do Estado.	<b>06.06.2024</b>
7.6. Data limite para interposição de recursos quanto ao Resultado Provisório;	<b>13.06.2024</b>
7.7. Divulgação do Resultado Final da Seleção nos sítios eletrônicos oficiais da contratante e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e no Diário Oficial da União – DOU/Diário Oficial do Estado.	<b>21.06.2024</b>
7.8. Data provável da celebração do contrato.	<b>30.06.2024</b>

## **8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

8.1. Poderão participar deste edital as entidades privadas sem fins lucrativos credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, nos termos da Portaria n.º 22, de 06 de abril de 2020, ou normativo que venha a substituí-lo.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

9.1. Serão habilitados os proponentes que apresentarem os documentos listados a seguir:

I - Ofício para formalização de interesse conforme modelo do Anexo I deste edital;

II - Formulário de informações do proponente conforme modelo do Anexo II deste edital, juntamente com a documentação que comprove a experiência relatada no referido formulário.

9.2. Da habilitação jurídica

I - Cópia do estatuto ou contrato social registrado no cartório competente e suas alterações;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

II - Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade com Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

III - Declaração do dirigente máximo da entidade acerca da inexistência de dívida com o Poder Público e de inscrição nos bancos de dados públicos ou privados de proteção ao crédito; e

IV - Prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ pelo prazo mínimo de 3 (três) anos.

**9.3. Da regularidade fiscal e trabalhista**

I - Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei;

II - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

III - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; e

IV - Caso a entidade seja considerada isenta dos tributos municipais, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal de seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.4. Da habilitação da sociedade cooperativa**

I - Relação dos cooperados, com as respectivas atas de inscrição, que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato;

II - Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI de cada um dos cooperados relacionados;

III - Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

IV - Registro previsto no art. 107 da Lei n.º 5.764/1971; e

V - Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

9.4.1. Para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa serão exigidos os seguintes documentos

I - Ata de fundação;

II - Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

III - Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados com a ata da assembleia que os aprovou;

IV - Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

V - Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou em reuniões seccionais; e

VI - Ata da sessão na qual os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da Chamada Pública.

9.5. Os documentos de que tratam os itens 9.1 a 9.4 e 10.1 deverão ser entregues em envelope lacrado, identificado conforme a seguir e entregue à **Secretaria de Estado da Agricultura Familiar do Estado do Maranhão** no endereço abaixo indicado até às **18 h** do dia **25 de maio de 2024**, pessoalmente ou por via postal com AR (Aviso de Recebimento).

Identificação:	Documentos para participação em <b>EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 3/2024</b>
	Concorrendo aos lotes: _____
	Nome da Proponente: _____
	CNPJ da proponente: _____
	Telefone: _____
	E-mail: _____





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Endereço:	<b>SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR</b> <b>AV. SÃO LUÍS REI DE FRANÇA, LOTE E1 - C – BAIRRO DO TURU</b> <b>CEP: 65.065-470 SÃO LUÍS – MA</b>
-----------	--

9.6. A Comissão de Seleção Pública não receberá documentos entregues após a data estabelecida no item 7.4.

9.7. Previamente à análise da documentação de que tratam os itens 9.1 a 9.4, a Comissão de Seleção Pública fará consulta ao Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) Controladoria Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNCCAIA) do Conselho Nacional de Justiça e à Relação de Inabilitados e Inidôneos (RII) do Tribunal de Contas da União a fim de verificar se não há restrição à participação da entidade no processo de seleção.

## **10. DA CLASSIFICAÇÃO**

10.1. Somente os proponentes habilitados participarão da etapa de análise dos critérios classificatórios, observada a ordem e os pesos definidos a seguir:

10.1.1. Número de beneficiários atendidos pela implementação de ações de gestão de recursos hídricos, de desenvolvimento rural ou de segurança alimentar e nutricional nos municípios agrupados no lote (limitado a 29 pontos ou 29% da pontuação total);

10.1.2. Número de beneficiários atendidos pela implementação de tecnologias sociais de acesso à água nos municípios agrupados no lote (limitado a 24 pontos ou 24% da pontuação total);

10.1.3. Número de beneficiários atendidos pela implementação de ações de gestão de recursos hídricos, de desenvolvimento rural ou de segurança alimentar e nutricional em território rural que abranja algum dos municípios agrupados no lote (limitado a 19 pontos ou 19% da pontuação total);

10.1.4. Número de beneficiários atendidos pela implementação de tecnologias sociais de acesso à água em território rural que abranja algum dos municípios agrupados no lote (limitado a 14 pontos ou 14% da pontuação total);

10.1.5. Número de beneficiários atendidos pela implementação de ações de gestão de



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

recursos hídricos, de desenvolvimento rural ou de segurança alimentar e nutricional em municípios diversos daqueles agrupados no lote (limitado a 9 pontos ou 9% da pontuação total); e

10.1.6. Número de beneficiários atendidos pela implementação de tecnologias sociais de acesso à água em municípios diversos daqueles agrupados no lote (limitado a 5 pontos ou 5% da pontuação total).

10.2. A pontuação em cada um dos subitens apresentados acima será calculada da seguinte forma:

- a) Os números apresentados por cada entidade proponente serão dispostos em ordem decrescente para cada critério;
- b) Para cada critério, o maior número apresentado será pontuado em 100%, e os números subsequentes serão avaliados em comparação a esse primeiro lugar (com uma casa decimal);
- c) Os percentuais calculados no passo anterior deverão ser aplicados ao limite de pontos daquela categoria, resultando em pontuação final relativa (com uma casa decimal);
- d) A pontuação final total, por sua vez, será dada pelo somatório das pontuações finais relativas de cada critério.

10.2.1. O exemplo numérico apresentado a seguir ilustra o disposto no item 10.2 para os subitens 10.1.1 e 10.1.2, e deve ser seguido para todos os critérios.

Critério 10.1.1 (limitado a 29 pontos ou 29% da pontuação total)

<b>Proponentes</b>	<b>N.º apresentado</b>	<b>%s relativos</b>	<b>Pontuação final</b>
Entidade 1	4.000	100,0%	29,0
Entidade 2	850	21,3%	6,2
Entidade 3	412	10,3%	3,0
Entidade 4	120	3,0%	0,9



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Entidade 5	0	0,0%	0,0
------------	---	------	-----

Critério 10.1.2 (limitado a 24 pontos ou 24% da pontuação total)

<b>Proponentes</b>	<b>N.º apresentado</b>	<b>%s relativos</b>	<b>Pontuação final</b>
Entidade 3	3.500	100,0%	24,0
Entidade 1	1.000	28,6%	6,9
Entidade 5	527	15,1%	3,6
Entidade 2	208	5,9%	1,4
Entidade 4	50	1,4%	0,3

Pontuação final total para cada entidade proponente

<b>Colocação</b>	<b>Proponentes</b>	<b>Critério 10.1.1</b>	<b>Critério 10.1.2</b>	<b>Pontuação final total</b>
1º	Entidade 1	29,0	6,9	35,9
2º	Entidade 3	3,0	24,0	27,0
3º	Entidade 5	0,0	3,6	3,6
4º	Entidade 2	6,2	1,4	7,6
5º	Entidade 4	0,9	0,3	1,2

10.2.2. Caso duas ou mais entidades atinjam pontuação final idêntica, caracterizando situação de empate, o desempate se dará pela maior pontuação em cada critério, seguindo a ordem definida no item 10.1 e seus subitens.

10.3. A comprovação do atendimento aos critérios dispostos no item 10.1 e seus subitens será



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

realizada mediante a apresentação de instrumentos firmados com órgãos e/ou entidades públicas e/ou privadas, já finalizados, que indiquem objeto, prazo de vigência, metas e recursos envolvidos, e de declaração da contratante de que o respectivo objeto foi devidamente executado;

10.3.1. Nos contratos e congêneres firmados com pessoas de direito privado, além do instrumento de ajuste e da declaração do contratante ou parceiro, deverá ser encaminhada nota fiscal eletrônica e, na ausência dessa, nota fiscal acompanhada de comprovante bancário relativo à contraprestação pecuniária pela execução do serviço ou empreitada.

10.3.2. Nos contratos e congêneres celebrados com o Poder Público, além dos instrumentos de ajuste e da declaração do contratante ou parceiro, deverão ser encaminhadas cópias da publicação de extrato de tais instrumentos na imprensa oficial, de notas de empenho ou de ordem de execução do serviço realizado.

10.4. Serão consideradas desclassificadas as entidades que não apresentarem os documentos dispostos no item 10.1 e seus subitens e não atenderem às possíveis diligências complementares solicitadas pela Comissão de Seleção Pública.

10.5. A Comissão de Seleção Pública poderá, a qualquer tempo, efetuar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas por atestados, certidões, declarações e cópias de trabalhos realizados, bem como solicitar a revalidação dos documentos fornecidos.

10.6. Para assegurar que disponha de um número adequado de entidades contratadas atuando nos lotes de referência indicados no item 4.1 deste Edital, a Comissão de Seleção Pública poderá promover, quando necessário e a qualquer momento, a reabertura de novo procedimento de seleção.

10.7. A Comissão de Seleção Pública poderá, excepcionalmente, verificada a vantajosidade, propor a divisão dos lotes originalmente propostos por este Edital de Chamada Pública, nos termos do §2º do art. 10 do Decreto n.º 9.606/2018.

## **11. DO PROCEDIMENTO, JULGAMENTO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS**

11.1. Em virtude da implementação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no âmbito da Administração Pública Estadual, conforme Decreto Estadual n.º 38.345, de 13 de junho 2023, o procedimento da Chamada Pública terá novo formato adaptado a realidade do Processo Administrativo Eletrônico.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

11.2. A contratante deverá instituir Comissão de Seleção Pública, conforme o prazo estabelecido no item 7.2 deste edital, que será responsável pela condução do processo de habilitação e seleção dos proponentes.

11.3. Após a entrega das propostas em envelopes lacrados, estes permanecerão em ambiente devidamente monitorado via equipamentos audiovisuais até o momento da abertura.

11.4. O procedimento de abertura dos envelopes será inteiramente gravado, para fins de manutenção dos princípios administrativos dos procedimentos de seleção e contratação, em local previamente designado, nas instalações da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar – SAF, facultando-se a presença dos proponentes.

11.5. Uma vez abertas, as propostas serão digitalizadas e inseridas no SEI, juntamente com a gravação da abertura e digitalização, para prosseguimento da análise e seleção da melhor proposta.

11.6. O proponente poderá interpor recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do ato.

11.7. O recurso deverá ser dirigido ao Presidente da Comissão de Seleção Pública e encaminhado, por via postal com aviso de recebimento, para o endereço indicado no item 9.5.

11.8. A Comissão de Seleção Pública terá o prazo de até 72 (setenta e duas) horas para julgar o recurso e encaminhá-lo à autoridade superior do(a) órgão/entidade promotor(a) desta seleção pública, caso mantenha sua decisão.

11.9. O acolhimento do recurso, parcial ou totalmente, importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. O resultado final da seleção será apresentado pela Comissão de Seleção Pública na data prevista no item 7.7, facultando-se a presença dos proponentes.

## **12. DAS IMPUGNAÇÕES**

12.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este edital por irregularidades.

12.2. O pedido de impugnação deve ser direcionado à autoridade máxima do(a) órgão/entidade promotor(a) da seleção e deve ser protocolado até 24 (vinte e quatro) horas antes da data final estabelecida para recebimento da documentação, conforme prevê o item 7.3 deste edital.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

12.3. A autoridade máxima do(a) órgão/entidade promotor(a) desta seleção pública deve dar ciência do pedido de impugnação ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e julgá-lo em até 48 (quarenta e oito) horas após o horário de protocolo, sem prejuízo da faculdade de representação ao Tribunal de Contas.

12.4. A impugnação feita tempestivamente pela entidade proponente não a impedirá de participar da seleção pública até que seja proferida decisão final na via administrativa.

12.5. Se reconhecida a procedência das impugnações ao edital, o(a) órgão/entidade promotor(a) desta seleção pública procederá a sua retificação e republicação com a devida devolução dos prazos.

### **13. DA HOMOLOGAÇÃO**

13.1. Por ato da Comissão de Seleção Pública serão publicadas a homologação do resultado final e a convocação das entidades selecionadas, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato de prestação de serviços.

13.2. Se a entidade selecionada para um determinado lote ficar impossibilitada por algum motivo de celebrar o contrato de prestação de serviços, outra será convocada respeitada a ordem de classificação.

### **14. DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

14.1 A contratação das entidades selecionadas neste processo será regida com base neste edital e seus anexos, bem como pela legislação aplicável à espécie, e se dará por meio de dispensa de licitação, de acordo com o art. 75, inciso XVII da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.2. A(s) entidade(s) selecionada(s) será(ão) convocada(s) a assinar o contrato de prestação de serviços nos moldes da minuta constante do Anexo II da **Portaria MDS n.º 885, de 23 de maio de 2023**, no prazo assinalado no ato de convocação.

14.3. Como condição para celebração do contrato de prestação de serviços, a(s) entidade(s) selecionada(s) deverá(ão) manter todas as condições e requisitos de seleção previstos neste edital, bem como as exigências de credenciamento junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

14.4. Se a(s) entidade(s) for(em) convocada(s) para assinar o contrato de prestação de serviços e não comparecer(em) no prazo assinalado, decairá o direito à formalização do(s) ajuste(s) e será facultado ao(à) órgão/entidade promotor(a) da seleção pública, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das entidades subsequentes, na ordem de classificação, mantidos os requisitos de seleção previstos neste edital.

### **15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

15.1. A(s) entidade(s) contratada(s) prestará(ão) garantia equivalente a **5% (cinco por cento) do valor total contratado, conforme preceitua o art. 98 da Lei nº 14.133/2021 e optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 96 e item 15.2**

15.2. Caberá à entidade contratada a opção por uma das seguintes modalidades de garantia da execução:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

### **16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1. Esta chamada pública poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

16.2. Esta chamada pública deverá ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que isso implique direito a indenização de qualquer natureza.

16.3. A qualquer tempo, antes de terminado o prazo de inscrições, poderá o(a) órgão/entidade promotor(a) da seleção pública, se necessário, modificar este edital, hipótese em que deverá



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação dos projetos.

16.4. É facultado à Comissão de Seleção Pública ou à autoridade superior do(a) órgão/entidade contratante, em qualquer fase do procedimento de seleção, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

16.5. Caso não haja entidade interessada e/ou selecionada para algum dos lotes, o(a) órgão/entidade contratante poderá convidar entidade proponente de outro lote, desde que não tenha sido selecionada, obedecendo a ordem de classificação do lote.

16.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando que esses só se iniciam e vencem em dias úteis.

**16.7.** Esclarecimentos adicionais acerca deste edital poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico **www.saf.ma.gov** e através dos e-mails: **dcc@saf.ma.gov.br** e **cisternas@ma.gov.br**.

16.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção Pública e comunicados ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS.

16.9. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Ofício de formalização de interesse;
- b) Formulário de informações do proponente;
- c) Minuta do contrato; e
- d) Modelo de tecnologia social, conforme disposto na **Instrução Normativa SESAN/MDS N.º 9, de 03 de março de 2023**.

**São Luís – (MA) 30 de abril de 2024.**

**UBIRAJARA DO PINDARÉ ALMEIDA SOUSA**  
Secretário de Estado de Agricultura Familiar





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**ANEXO I do Edital de Chamada Pública n.º 3/2024.**

OFÍCIO DE FORMALIZAÇÃO DE INTERESSE

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

NOME

CARGO

ÓRGÃO

ENDEREÇO

Assunto: Encaminhamento de proposta para o Edital de Chamada Pública n.º XX/XXXX - Programa Cisternas.

Senhor(a) (cargo da autoridade máxima do(a) órgão/entidade promotor(a) da seleção pública),

Encaminho para apreciação de Vossa Excelência documentação e formulário de informações da (nome da entidade), formalizando, assim, manifestação de interesse no Edital de Chamada Pública n.º XX/XXXX para a execução do Programa Cisternas, com recursos provenientes do Ministério da Cidadania, nos termos das normas definidas e divulgadas por esse ..... (órgão/entidade promotor(a) da seleção pública).

Atenciosamente,

<Nome do(a) responsável legal>

Responsável legal da entidade proponente



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**ANEXO II do Edital de Chamada Pública n.º 3/2024**

**FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES DO PROPONENTE**

CNPJ:	
Razão social:	
Endereço:	
Bairro:	
Município:	
Telefone(s):	
E-mail:	

**I - Lotes de interesse e ordem de preferência**

Lotes	Interesse	Ordem de preferência
LOTE 1	( )	
LOTE 2	( )	
LOTE 3	( )	
LOTE 4	( )	
LOTE N	(....)	

**II - Experiências da entidade**

a. Relacionar os projetos já executados pela entidade tendo como objeto a implementação de ações de gestão de recursos hídricos, de desenvolvimento rural ou de segurança alimentar e nutricional.

Programa/Projeto	Descrição das ações	Valor	Vigência	Municípios	Beneficiários atendidos
Projeto A	Descrição Y			Município 1	
				Município 2	
				Município 3	
				Município 4	



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

b. Relacionar os projetos já executados pela entidade tendo como objeto a implementação de tecnologias sociais de acesso à água

Programa/projeto	Descrição das ações	Valor	Vigência	Municípios	Beneficiários atendidos
Projeto B	Descrição Z			Município 1	
				Município 2	
				Município 3	
				Município 4	

c. Relacionar os projetos em execução pela entidade tendo como objeto a implementação de tecnologias sociais de acesso à água

Programa/projeto	Descrição das ações	Valor	Vigência	Municípios	Beneficiários a serem atendidos
Projeto A	Descrição Y			Município 1	
				Município 2	
				Município 3	
				Município 4	



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
N.º XX/XXXX, QUE FAZEM ENTRE SI A ....., POR  
INTERMÉDIO DO(A) ..... E A  
ENTIDADE ..... PARA A  
IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS DE  
ACESSO À ÁGUA.

O(a) ....., por intermédio do(a) ..... (órgão ou entidade),  
com sede no(a) ....., na cidade de

...../(UF), inscrito(a) no CNPJ sob o n.º XXXXX, neste ato representado(a)  
pelo(a) Sr.(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria n.º XX, de ..... de

..... de 20..., publicada no Diário Oficial da(do) União/Estado de ..... de ..... de  
....., inscrito(a) no CPF n.º ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º

....., expedida pela(o) ....., doravante denominada  
CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ sob o n.º .....,  
sediado(a)

na ....., em ...../UF, doravante designada CONTRATADA,  
neste ato representada pelo(a) Sr.(a) .....(cargo e nome), inscrito(a) no CPF n.º  
....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ....., expedida  
pela(o) ....., tendo em vista o que consta no Processo n.º ....., e  
em observância às disposições da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações, da Lei Federal n.º  
12.873/2013, do Decreto n.º 9.606/2018, da **Portaria MC n.º 22, de 06 de abril de 2020** e da  
**Instrução Normativa SESAN/MDS N.º 9, de 03 de março de 2023**, resolvem celebrar o



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

presente contrato de prestação de serviços decorrente do Edital de Chamada Pública n.º XX/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços para a implementação de **tecnologia social de acesso a água para consumo humano**, dentre aqueles modelos adequados a tal fim e previstos na **Portaria n.º 2.462, de 06 de setembro de 2018**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Este termo de contrato vincula-se ao Edital de Chamada Pública n.º XX/2024, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O(s) modelo(s) específico(s) de tecnologia social de acesso à água a ser(em) implantado(s), sujeitos à alteração, com vistas a proporcionar a adequação da ação à realidade local e garantir a melhor forma de atendimento ao interesse público está previsto na **Instrução Normativa SESAN/MDS N.º 9, de 03 de março de 2023**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Quantificação da contratação, sujeita à alteração, com vistas a proporcionar a adequação da ação à realidade local e garantir a melhor forma de atendimento ao interesse público:

<b>Lote</b>	<b>Município</b>	<b>Tecnologia</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Alíquota e base de cálculo do ISSQN</b>	<b>Valor unitário final</b>	<b>Valor total</b>
		<b>Total</b>				

**PARÁGRAFO QUARTO** - Para que alterações no quantitativo e espécie de tecnologia sejam autorizadas, a CONTRATADA deve submeter justificativa técnica à CONTRATANTE que, por sua vez, deve submeter tal pleito ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS para análise e decisão.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

PARÁGRAFO QUINTO - A alteração de modelos de tecnologias sociais de acesso à água ensejará a celebração de termo aditivo a este contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste termo de contrato é aquele mencionado no item 5.1 do Edital de Chamada Pública n.º XX/2024, com início a partir de sua assinatura e encerramento em .....de ..... de 2024.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A prorrogação do contrato dependerá da celebração de termo aditivo e somente ocorrerá em situações devidamente justificadas, conforme legislação pertinente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO**

O valor total da contratação é de R\$...... (valor por extenso).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor unitário final por tecnologia social e por município é o valor de referência disposto na Instrução Operacional pertinente considerando-se a diferença entre a alíquota máxima do ISSQN e a alíquota a que se submete a contratada e as regras relativas à composição da base de cálculo em cada localidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Anteriormente à celebração deste contrato, a CONTRATANTE verificará a exação em concreto do ISSQN em cada municipalidade componente do(s) lote(s) em questão, a fim de determinar seu(s) valor(es) final(is).

PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor unitário final por tecnologia social e por município, mencionado no PARÁGRAFO PRIMEIRO, deverá ser calculado conforme a fórmula apresentada a seguir.

$$VUF = \{(VUR - DM) \times [100\% - (5\% - AL)]\}$$

Onde:

VUF = valor unitário final;

VUR = valor unitário de referência (constante da instrução operacional pertinente e vigente no



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

momento da assinatura deste contrato);

DM = valor da dedução de materiais decorrente do modo como o fisco municipal classifica as tecnologias sociais na lista anexa da Lei Complementar n.º 116/2003;

AL = alíquota praticada no caso concreto decorrente da legislação municipal ou de imunidade tributária.

PARÁGRAFO QUARTO - No valor unitário de referência estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto de contratação, inclusive pessoal, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes, despesas administrativas, despesas com logística, alimentação, deslocamento, despesas relacionadas ao processo construtivo, as capacitações de beneficiários e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, sempre em conformidade com a uniformização dos modelos de tecnologias sociais estabelecidos pelas instruções operacionais.

**CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, vinculada ao exercício de 2024, repassada por meio do **Convênio n.º 01/2016 registrado no TransfereGov sob o n.º 839214/2016** conforme classificação apresentada abaixo.

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Nota de Empenho:

**CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO**

O pagamento pela CONTRATANTE dos serviços relativos à implementação das tecnologias sociais e executados pela CONTRATADA será efetuado em pelo menos 6 (seis) parcelas, sendo a primeira imediatamente após a celebração do contrato na forma de adiantamento e as



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

seguintes mediante apresentação da nota fiscal conforme as condições abaixo estabelecidas.

<b>Parcela</b>	<b>Valor (em % do valor total do contrato)</b>	<b>Valor acumulado (em % do valor total do contrato)</b>	<b>Execução acumulada Condições de pagamento (em % de execução física)</b>
<b>1ª parcela</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>7</b>
<b>2ª parcela</b>	<b>15</b>	<b>25</b>	<b>20</b>
<b>3ª parcela</b>	<b>25</b>	<b>50</b>	<b>50</b>
<b>4ª parcela</b>	<b>20</b>	<b>70</b>	<b>70</b>
<b>5ª parcela</b>	<b>20</b>	<b>90</b>	<b>90</b>
<b>6ª parcela</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para fins de cumprimento do caput a porcentagem da execução física será considerada em número de cisternas entregues, de acordo com o respectivo lote e parcela, conforme quadro abaixo:

<b>Parcela</b>	<b>Lote 01</b>	<b>Lote 02</b>	<b>Lote 03</b>	<b>Lote 04</b>
1º parcela	40,67	70,14	33,39	60,06
2º parcela	75,53	130,26	62,01	111,54
3º parcela	174,3	300,6	143,1	257,4
4º parcela	116,2	200,4	95,4	171,6
5º parcela	116,2	200,4	95,4	171,6
6º parcela	58,1	100,2	47,7	85,8
<b>Total</b>	<b>581</b>	<b>1002</b>	<b>477</b>	<b>858</b>

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para comprovação das condições de pagamento estabelecidas no quadro acima, o relatório do Sistema de Gerenciamento do Programa Cisternas (SIG Cisternas) deverá ser submetido à aprovação pela CONTRATANTE e os respectivos pagamentos estarão condicionados ao ateste do setor responsável pelo acompanhamento dos serviços prestados.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O acompanhamento dos serviços será realizado por meio de servidores do setor competente juntamente com uma equipe de apoio especializada de até no máximo 3 (três) servidores da coordenadoria de engenharia que realizarão as medições devidas e emitirão relatório conclusivo pelo ateste regular ou pela constatação de irregularidades a serem sanadas antes do efetivo pagamento.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

PARÁGRAFO QUARTO - Após o pagamento de cada parcela, as entidades contratadas deverão emitir nota fiscal – documento comprobatório do recebimento pelo serviço prestado.

PARÁGRAFO QUINTO - A nota fiscal deverá conter o número do convênio, o número do contrato, o objeto contratual, a descrição das atividades realizadas e a agência e número da conta bancária da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATANTE poderá exigir, quando do pagamento, a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive decorrentes de 13º salários, auxílio alimentação e auxílio transporte, acidentes de trabalho, indenizações, multas e outras obrigações atinentes ao presente contrato, reservando-se o direito de reter o valor correspondente aos pagamentos devidos até a efetiva regularização das obrigações pendentes.

**CLÁUSULA SEXTA - INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE**

O(s) valor(es) unitário(s) de referência estabelecido na **Instrução Normativa SESAN/MDS Nº 9, de 03 de março de 2023** e vigente(s) no momento da assinatura deste contrato é(são) fixo(s) e irrevogável(is).

**CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ XXXX (.....), na modalidade..... conforme estabelecido no Capítulo II do Título III da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do presente contrato, no prazo de..... após sua assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor destinado a título de garantia deve ser depositado em conta específica, aberta exclusivamente para essa finalidade pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO - O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a retenção de pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 10% (Dez por cento) do valor do contrato a título de garantia, a serem depositados em instituição financeira oficial, com correção monetária, em favor da CONTRATANTE.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

PARÁGRAFO QUARTO - A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais de 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II - Prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA; e

IV - Todas e quaisquer demais importâncias devidas a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEXTO - No caso de alteração do valor total do contrato decorrente do disposto no art. 124, inciso I, alínea b, da Lei n.º 14.133/2021, ou na ocorrência de prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de XX (....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I - Caso fortuito ou força maior;

II - Alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;

III - Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CONTRATANTE; e

IV - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO NONO - Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Será considerada extinta a garantia:



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

I - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

II - No prazo de 90 (noventa) dias após o término de sua vigência, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

**CLÁUSULA OITAVA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão executados no regime de empreitada por preço global e os pagamentos serão efetuados por produto, após ateste da CONTRATANTE, mediante a apresentação, pela CONTRATADA, da respectiva nota fiscal e dos relatórios do SIG Cisternas, conforme definido no item 6 do Edital de Chamada Pública n.º XX/2024.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A execução do objeto contratado deverá obedecer ao cronograma pactuado entre as partes, constante do Anexo I deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As metas de execução física constantes do referido cronograma deverão ser estabelecidas com periodicidade mensal, enquanto seu controle para fins de verificação de cumprimento das obrigações contratuais e possível aplicação de sanções deverá ser realizado em intervalos quadrimestrais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Eventuais revisões das metas quadrimestrais do cronograma constante do Anexo I deste contrato deverão ser comunicadas ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS e ensejarão assinatura de termo aditivo.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

I - São obrigações da CONTRATANTE:

1. Designar equipe técnica institucional para o acompanhamento dos serviços contratados;
2. Supervisionar, acompanhar e avaliar as atividades de execução dos serviços contratados;
3. Realizar o monitoramento, avaliação e fiscalização da execução do contrato a partir da apresentação, pela CONTRATADA, de relatórios extraídos do SIG Cisternas, e também a partir de visitas *in loco* nas localidades beneficiadas;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

4. Analisar e indicar aprovação ou reprovação dos termos de recebimento inseridos no SIG Cisternas, pela CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias corridos após a referida inserção;
5. Pagar o preço total devido à CONTRATADA, em conformidade com a CLÁUSULA QUINTA, em até 10 (dez) úteis após a aprovação dos termos de recebimento inseridos no SIG Cisternas; e
6. Verificar o Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) da Controladoria Geral da União, o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNCCAIA) do Conselho Nacional de Justiça, a Relação de Inabilitados e Inidôneos (RII) do Tribunal de Contas da União e a regularidade fiscal e trabalhista, no caso de contratos com entidades públicas, sempre que este contrato for aditivado com o fim de prorrogar sua vigência.

**II - São obrigações da CONTRATADA:**

Além das responsabilidades resultantes deste instrumento, das demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem executados e das obrigações constantes do edital de chamada pública vinculado a este contrato, a CONTRATADA obriga-se a:

1. Prever e disponibilizar os recursos físicos, humanos e materiais necessários para garantir a perfeita execução dos serviços;
2. Dispor de frota de veículos automotores apropriados para a área rural para atender à demanda dos trabalhos;
3. Dispor de uma equipe técnica de profissionais para acompanhamento e apoio operacional, cujos perfis atendam aos requisitos técnicos pertinentes às metas pactuadas, ficando ao seu encargo o planejamento estratégico, a mobilização dos beneficiários, a realização das capacitações e o acompanhamento da implementação das tecnologias sociais até a finalização de todo processo;
4. Articular, mobilizar e sensibilizar o público beneficiário, objetivando suas participações nas ações específicas da execução do presente contrato;
5. Apresentar à CONTRATANTE as peças de comunicação produzidas para possíveis ajustes e aprovação final;
6. Seguir rigorosamente a metodologia de implementação da tecnologia contida na **Instrução**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**Normativa SESAN/MDS N.º 9, de 03 de março de 2023**, desde a mobilização, seleção e cadastramento dos beneficiários até a construção dos componentes físicos a ela(s) associado(s), contemplando também os processos de implementação do caráter produtivo e do serviço de acompanhamento familiar para a inclusão social e produtiva, quando for esse o caso;

7. Consultar a CONTRATANTE antes de promover quaisquer alterações na metodologia de implementação da tecnologia contida na **Instrução Normativa SESAN/MDS N.º 9, de 03 de março de 2023**;

8. Responder pela qualidade técnica das tecnologias sociais implementadas, de acordo com as orientações técnicas contidas na **Instrução Normativa SESAN/MDS N.º 9, de 03 de março de 2023**, devendo realizar manutenções e substituição de acessórios pelo prazo de 2 (dois) anos após a aprovação do termo de recebimento da tecnologia social, pela CONTRATANTE, no SIG Cisternas;

9. Cadastrar, no SIG Cisternas, as informações relacionadas a todas as etapas de execução previstas na **Instrução Normativa SESAN/MDS N.º 9, de 03 de março de 2023**, em consonância com o estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste contrato e com orientações específicas fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS;

10. Inserir, no SIG Cisternas, os termos de recebimento das tecnologias sociais em até 30 (trinta) dias corridos após sua assinatura pelo beneficiário;

11. Cumprir as metas quadrimestrais estabelecidas no cronograma constante do Anexo I deste contrato;

12. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE relativamente à execução do contrato;

13. Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste contrato, para fins de monitoramento, fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

14. Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, inclusive os decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste contrato, bem como por todos os ônus tributários ou



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

extraordinários que incidam sobre o presente instrumento; e

15. Permitir à CONTRATANTE livre acesso a todas as etapas do processo de implementação das tecnologias sociais quando essa realizar diligências e fiscalizações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração contratual a CONTRATADA que:

1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência desta contratação;
2. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
3. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
5. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA que cometer quaisquer das infrações discriminadas nesta CLÁUSULA DÉCIMA ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1. Advertência;
  2. Multa, após 2 (duas) advertências, a critério da CONTRATANTE, devidamente fundamentada e levando-se em conta o prejuízo causado, a qual será descontada por ocasião do pagamento ou deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, nos seguintes valores:
    - i) moratória de .....% (. ... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite ... (...) dias;
    - ii) moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de .....% (.... por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- (a) O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a rescisão do



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Estadual pelo prazo de até 2 (dois) anos;

4. Emissão de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

5. Inserção no Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM);

6. Suspensão do credenciamento junto ao Programa Cisternas, nos termos da Portaria GM/MC n.º 22, de 6 de abril de 2020, ou normativo que venha a substituí-lo; e;

7. Descredenciamento junto ao Programa Cisternas, nos termos da Portaria GM/MC n.º 22, de 6 de abril de 2020, ou normativo que venha a substituí-lo.

PARAGRAFO SEGUNDO – As multas acima previstas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximira a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas, podendo ser descontadas dos créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA, e no caso de entes públicos, cobradas mediante inscrições em dívida ativa do Estado ou qualquer outra forma prevista em lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor pago pela CONTRATADA à CONTRATANTE a título de multa deve ser depositado na conta bancária do instrumento firmado com o **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS**.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê o contraditório e a ampla defesa da Contratada, observando-se o procedimento e prazos definidos em lei.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão do credenciamento junto ao Programa Cisternas, sanção a ser aplicada nos termos da **Portaria n.º 22, de 06 de abril de 2020** e constante do PARÁGRAFO PRIMEIRO desta CLÁUSULA DÉCIMA, não suspende os efeitos jurídicos deste contrato, cujas obrigações de parte a parte se manterão válidas até sua vigência final.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

PARÁGRAFO SEXTO - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

PARÁGRAFO OITAVO – Havendo multa aplicada, nos termos desta Cláusula, com valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

1. Descredenciamento da CONTRATADA junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS;
2. Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
3. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
4. Lentidão no cumprimento do cronograma pactuado no Anexo I, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço de implementação das tecnologias nos prazos estipulados;
5. Atraso injustificado no início da implementação das tecnologias;
6. Paralisação do serviço de implementação das tecnologias sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
7. Subcontratação total ou parcial de seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital e no contrato;
8. Desatendimento das determinações regulares do funcionário designado para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

9. Cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato e informadas por escrito à CONTRATADA;
10. Instauração de insolvência civil;
11. Dissolução da sociedade;
12. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da entidade que prejudique a execução do contrato
13. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;
14. Supressão, por parte da CONTRATANTE, da meta de tecnologias, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação de seu valor inicial para além do limite permitido na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA;
15. Suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevisas desmobilizações e mobilizações, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.
16. Atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de tecnologias, ou parcelas destas, já recebidas ou executadas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
17. Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato; e
18. Situações previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/2021, com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na CLÁUSULA DÉCIMA.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Balanço dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e
3. Quitação de indenizações e multas devidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VEDAÇÕES**

É vedado à CONTRATADA:

1. Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais deverão ser solicitadas, com a devida justificativa, à CONTRATANTE, que as submeterá ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS para aprovação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as alterações propostas durante a execução do contrato demandam a concordância do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Caberá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste contrato, por extrato, no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO**

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste contrato **no que diz respeito à contrapartida estadual será o do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís, já no que diz respeito ao recurso federal será o da Seção Judiciária de São Luís/MA do TRF 1ª Região.**

Para firmeza e validade do pactuado, o presente contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lidas e achadas em ordem, vão assinadas pelos contraentes.

Caso o contrato seja assinado eletronicamente, com assinatura digital certificada por autoridade certificadora, ficam dispensadas as assinaturas das testemunhas.

São Luís – (MA) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**ANEXO I DO MODELO DE CONTRATO**

N.º do instrumento:

N.º do contrato:

Vigência do contrato:

Entidade contratada:

As metas apresentadas no quadro abaixo referem-se a tecnologias sociais construídas e com termo de recebimento inserido no SIG Cisternas e aprovado pela CONTRATANTE.

TECNOLOGIA SOCIAL	Meta Total	PREVISÃO	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	1º quadri	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	2º quadri	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	3º quadri
Nº XX - descrição da TS	2565	Em %	0%	0%	10%	20%	20%	35%	35%	35%	45%	45%	60%	80%	90%	100%	100%
		Quantidade	0	256	513	898	898	898	1154	1154	1539	1154	2052	2309	2565	2565	
Nº YY - descrição da TS		Em %															
		Quantidade															

Nota explicativa: as primeiras linhas trazem um exemplo quantitativo. Note-se que, nesse exemplo, os dois primeiros meses apresentam meta "zero", o que pode ocorrer em função das etapas de mobilização e capacitação que são anteriores à execução física propriamente dita. Cabe à CONTRATADA, com auxílio técnico da CONTRATANTE, mensurar esse período e estabelecer as metas mensais levando tais etapas em consideração.

Os valores, tanto em percentual quanto em número absoluto, devem ser preenchidos cumulativamente, até que seja alcançada a meta total (100%).

As metas deverão ser estabelecidas mensalmente, mas seu controle será quadrimestral, o que significa que podem ocorrer oscilações e variações dentro do quadrimestre sem que esse fato enseje a aplicação de sanção.

O quadro deve ter tantas linhas quantas forem as tecnologias sociais contempladas pelo contrato.